

quanto à mobilização na metrópole dos recursos necessários à satisfação dos fins indicados, sendo, por outro lado, indispensável a fixação das condições a que deve obedecer a concessão dos empréstimos.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Fica o Ministro das Finanças autorizado a, por força das disponibilidades do Tesouro, conceder às províncias ultramarinas de Angola e Moçambique, durante os anos de execução do II Plano de Fomento, os empréstimos até aos montantes fixados nos programas anuais de financiamento aprovados pelo Conselho Económico, nos termos da base III da Lei n.º 2094, de 25 de Novembro de 1958.

Art. 2.º Os empréstimos concedidos ao abrigo do disposto no artigo anterior serão reembolsados em vinte anuidades, iniciando-se o seu vencimento em 31 de Dezembro de 1965.

§ 1.º Os mesmos empréstimos vencem o juro anual de 4 por cento, contado desde a data do depósito do capital, pagável aos semestres, em 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano.

§ 2.º Fica ressalvado para o Governo-Geral de cada uma das mencionadas províncias o direito de antecipação das amortizações estabelecidas para os empréstimos.

Art. 3.º As operações de empréstimo serão objecto de escritura a celebrar entre o Ministério das Finanças e o Governo-Geral de cada província interessada.

Art. 4.º Os encargos dos empréstimos a que respeita este diploma constituem despesa obrigatória e preferencial das referidas províncias ultramarinas, devendo anualmente ser inscritas nos respectivos orçamentos gerais as verbas necessárias à sua liquidação.

Art. 5.º Desde que se verifiquem as condições referidas no artigo 1.º, serão inscritas no orçamento do Ministério do Ultramar, em despesa extraordinária, as importâncias dos empréstimos a conceder ao abrigo do presente decreto-lei.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Decreto-Lei n.º 42 818

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É mantido em vigor durante o ano de 1960 o regime do Fundo de Socorro Social estabelecido

para 1959 pelo Decreto-Lei n.º 42 093, de 9 de Janeiro de 1959, com a nova redacção dada ao § 3.º do artigo 15.º e ao § único do artigo 19.º pelo Decreto-Lei n.º 42 299, de 3 de Junho de 1959.

Art. 2.º O § único do artigo 19.º passa, porém, a ter a seguinte redacção:

§ único. Aos indivíduos estranhos aos serviços referidos no corpo deste artigo é reconhecido o direito à inscrição nas caixas de previdência e de abono de família dos empregados da assistência, nos termos dos respectivos regulamentos, contribuindo o Fundo de Socorro Social com a percentagem que competir às entidades patronais.

Art. 3.º Este diploma considera-se em vigor desde 1 de Janeiro de 1960.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias — Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes

Decreto-Lei n.º 42 819

Atendendo a que alguns prémios instituídos por beneméritos particulares para galardoar estudantes da Universidade de Lisboa deixaram de ser atribuídos há muitos anos, em virtude de o seu quantitativo se ter tornado insignificante com a depreciação da moeda;

Atendendo a que, nestas condições, se deve procurar uma forma de fazer perdurar a intenção e a memória dos instituidores;

Atendendo ao que sobre o assunto deliberou o Senado Universitário;

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Para cada um dos prémios que até à data do presente decreto-lei tenham sido instituídos com o fim de galardoar estudantes das escolas integradas na Universidade de Lisboa cunhar-se-á uma medalha, a qual será atribuída, juntamente com um diploma artístico, aos premiados nos termos regulamentares.

§ único. A medalha terá no anverso a insígnia da Universidade e no reverso, em cunho, a designação do prémio e da matéria a que respeita e o lugar destinado à gravação, em cada caso, do ano da atribuição e do nome do premiado.

Art. 2.º Nos casos em que o rendimento anual dos fundos do prémio for igual ou superior a 500\$ o prémio consistirá na importância fixada pelo seu regulamento mais a medalha e o diploma. Quando aquele rendimento não atingir 500\$, a medalha e o diploma serão entregues, a título de prémio, sem recompensa pecuniária.

Art. 3.º Poderá o reitor da Universidade despende na cunhagem das medalhas e impressão dos diplomas a totalidade das quantias acumuladas na conta dos prémios de rendimento anual inferior a 500\$ e, caso seja necessário, a contribuição que deva ser retirada dos fundos dos restantes prémios, *pro rata* das importâncias dos juros capitalizados ou disponíveis, para cobrir a diferença entre a totalidade daquelas quantias e o custo das medalhas e diplomas.

Art. 4.º De futuro, na aceitação de prémios destinados a galardoar estudantes da Universidade de Lisboa ficará clausulado que o regime do presente decreto-lei se aplicará no caso de a depreciação da moeda vir a tornar insuficiente o valor monetário do prémio, e, salvo se o instituidor providenciar especialmente sobre as despesas da cunhagem da medalha e impressão do diploma, que será retirada dos fundos do prémio a quantia necessária para cobrir essas despesas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIAS DE ESTADO DA AGRICULTURA, DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

Decreto-Lei n.º 42 820

O Decreto-Lei n.º 39 018, de 3 de Dezembro de 1952, diploma que generalizou a doutrina instituída em disposições anteriores a todos os casos em que funcionários públicos sejam superiormente autorizados a prestar serviço em organismos internacionais, estabelece que esse serviço é considerado, para efeitos de antiguidade, acesso, promoção, aposentação ou reforma, como prestado no quadro do serviço público a que o funcionário pertencer.

O artigo 3.º do referido decreto-lei determina que aos casos previstos no mesmo diploma é aplicável a doutrina do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 38 728, de 24 de Abril de 1952, isto é, o serviço prestado será conside-

rado em comissão e o pessoal nestas condições mantém o direito aos cargos em que estiver investido.

Menciona, ainda, o mesmo artigo que, se nos organismos a que continuar vinculado não existir disposição que regule o assunto, poderá esse pessoal ser substituído nas funções que transitória e deixar de desempenhar por indivíduos estranhos aos respectivos quadros, a admitir e dispensar por simples despacho ministerial, em qualquer altura e com dispensa de formalidades legais.

Verifica-se, porém, que este sistema não se coaduna com a natureza dos serviços a cargo das Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria, pelo que é do maior interesse que se crie legislação especial que regule a situação dos funcionários que actualmente se encontrem ou que venham a ser chamados a prestar serviço em organismos internacionais.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários de todos os serviços dependentes das Secretarias de Estado da Agricultura, do Comércio e da Indústria que se encontrem ou venham a ser requisitados para prestar serviço em organismos internacionais, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 39 018, de 3 de Dezembro de 1952, passado um ano, a partir da data em que efectivamente abandonarem o serviço a que pertencem, à situação de actividade fora do quadro, abrindo vaga, mas sendo-lhes contado para todos os efeitos, incluindo promoção, aposentação ou reforma, o tempo de serviço prestado nos referidos organismos.

Art. 2.º Os funcionários referidos no artigo anterior regressarão ao serviço quando terminada a comissão e, enquanto não tiverem vaga no respectivo quadro, serão abonados dos seus vencimentos por força das disponibilidades dos quadros de pessoal ou por verba especialmente inscrita para o fim.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Janeiro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho* — *Luís Quartin Graça* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.